

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
<u>GRUPO I – REGIMES E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....</u>	19
1. Previdência Complementar do Servidor Público: Diagnóstico, Desafios e Perspectivas – Cícero Rafael Barros Dias e Daniel Pulino	21
1. Introdução.....	21
2. Características gerais da Previdência Complementar	23
3. Diagnóstico do Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos .	24
4. Desafios de implementação da Previdência Complementar do servidor	26
4.1. Custos de Administração	27
4.2. Custos de Transição	30
4.3. Reposição de Servidores no Serviço Público.....	31
5. Perspectivas.....	33
5.1. Projeto de Lei 6.088/2016.....	33
5.2. Proposta de Emenda Constitucional – PEC 06/2019	35
6. Considerações finais.....	36
Referências	37
2. A Aposentadoria por Invalidez dos Servidores Públicos – Readaptação, Reversão e Outros Derivados do Tema: as Alterações Trazidas pela PEC nº 6/2019 – Magadar Rosália Costa Briguet	39
1. Previsão Constitucional	39
2. Considerações Preliminares.....	40
3. Readaptação.....	42
4. A Readaptação na PEC nº 06/2019	47
5. Reversão	48
6. A Aposentadoria por Incapacidade na PEC nº 6/2019	50
7. Doença Preexistente	52
8. Data do Início da Aposentadoria	54
9. Contagem do Tempo de Contribuição do Aposentado que Reverte à Atividade .	55
10. Isenção de Tributos.....	56
11. Conclusões.....	58
Referências	59
3. Aposentadoria Especial dos Servidores Públicos: Entre as Omissões Legislativas e os Limites Hermenêuticos – Ana Cristina Moraes Warpechowski e Daniela Wendt Toniazzo.....	61
1. Introdução.....	61
2. Convenções Semânticas e Interpretativas.....	62
2.1. Modalidades de Proventos e Forma de Cálculo.....	62

2.2. Forma de Reajuste	63
2.3. Aposentadoria Voluntária.....	63
2.4. Regras de Cálculo e Reajuste das Aposentadorias Voluntárias Especiais....	66
2.5. Abono de Permanência.....	67
3. Aposentadoria Especial do Servidor com Deficiência	68
3.1. Histórico das Regras Hermenêuticas	68
3.2. O Cômputo do Tempo Ajustado ou Convertido para fins de Carência	71
3.3. Tempo de Serviço Público e Tempo no Cargo Público	73
3.4. Conclusões.....	73
4. Aposentadoria Especial pelo Exercício de Atividades de Risco	75
4.1. Histórico das Regras Hermenêuticas	75
4.2. A Juridicidade da Regra Especial para os Policiais Cíveis.....	77
4.3. Questão Controvertida da Categoria Policial: Regras de Cálculo e Reajuste	78
4.4. Conclusões.....	80
5. Aposentadoria Especial pelo Exercício de Atividades que Prejudiquem a Saúde ou a Integridade Física	81
5.1. Histórico das Regras Hermenêuticas	81
5.2. Comprovação do Tempo de Natureza Especial.....	84
5.3. Conversão do Tempo Especial em Comum.....	84
5.4. Conclusões.....	86
6. Comparativo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019.....	87
6.1. Regras de Transição	88
6.1.1. Servidores com Deficiência	88
6.1.2. Servidores Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários ou Socioeducativos.....	89
6.1.3. Servidores que Exerçam Atividades em Condições Especiais que Prejudiquem a Saúde	90
6.2. Regras Transitórias.....	91
7. Considerações Finais.....	93
Referências.....	93

GRUPO II – INVESTIMENTOS99

4. Responsabilização de Gestores de RPPS por Aplicações Financeiras – Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	101
1. Introdução	101
2. Bem Jurídico Tutelado	102
3. Base Normativa.....	106
4. A Experiência Paulista com RPPSs Capitalizados.....	110
5. A Dificuldade de Mensurar a Qualidade da Carteira	115
6. A Mensuração da Responsabilidade do Gestor	119
7. Considerações Finais.....	120
Referências.....	122
Anexo I – Análise Matemática de Rentabilidade a partir de Quantidades e Valores de Quotas	122

5. O Dever Fiduciário dos Administradores de Regimes de Previdência na Aplicação de seus Recursos – Daniel Walter Maeda Bernardo	125
1. Introdução.....	125
2. Dos Componentes do Dever Fiduciário dos Gestores de Regimes de Previdência.....	129
2.1. Lealdade.....	130
2.1.1. Estrutura Organizacional.....	131
2.1.2. Transparência.....	133
2.1.3. <i>Accountability</i>	133
2.1.4. Controles Internos.....	134
2.2. Diligência.....	136
2.2.1. Devida Diligência no Segmento de RPPS.....	139
3. Considerações Finais.....	140
Referências.....	140
<u>GRUPO III – EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL.....</u>	143
6. As Causas do Deficit da Previdência Social – Domingos Augusto Taufner	145
1. Introdução.....	145
2. A Seguridade Social e o seu Financiamento.....	145
3. Os Princípios da Preexistência de Custeio e do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	147
4. A Existência ou não de Deficit da Previdência Social no Brasil	149
5. O RGPS – Histórico de Contribuição sem Capitalização.....	151
6. O RPPS – Antecedentes Históricos sem Contribuição e sem Capitalização	153
7. Conclusão	156
Referências	158
7. (Im)Possibilidades na Busca do Equilíbrio Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – Henrique Serra Sitjá.....	161
1. Introdução.....	161
2. Formas de Organização dos Sistemas de Previdência	163
2.1. Modalidades de Financiamento dos Regimes	163
2.2. Fórmulas de Apuração dos Benefícios.....	164
2.3. Exemplos de Arranjos Previdenciários e Implicações Atuariais.....	164
3. Regras Brasileiras e Equilíbrio Atuarial	167
3.1. A Busca do Equilíbrio Atuarial a partir da EC 20/98	167
3.2. Alterações Pretendidas com a PEC 06/2019.....	173
4. Conclusão	175
Referências	177
8. A Inadimplência no Custeio Patronal dos Regimes Próprios: Como o Problema é Abordado na Agenda Municipal? – Lucas Dos Santos Giacometl.....	179
1. Introdução.....	179
2. Abordagem Teórica: os ‘Problemas’ e a Formação da Agenda Pública.....	180
3. Aspectos Referentes ao Custeio Previdenciário Patronal dos Regimes Próprios	182
3.1. Antecedentes e Formação dos Regimes.....	182
3.2. A Dinâmica dos Parcelamentos e os seus Impactos aos Cofres Públicos ..	183

4. Estudo Multicaso: Análise em Municípios com Significativo Endividamento Previdenciário.....	185
4.1. Análises Comparativas: Executivos Municipais de Rosário do Sul, Porto Lucena e Gravataí	186
4.2. Resultados: Fatores em Comum Capazes de Explicar a Inadimplência	190
5. Considerações Finais.....	191
Referências	193
9. O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Deficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais – Aline Michele Buss Pereira.....	197
1. Introdução	197
2. A avaliação Atuarial Anual.....	198
2.1. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA – de 2015 a 2018	200
3. Planos de Equacionamento do Deficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais	201
4. Análise do Crescimento dos Deficit Atuariais dos DRAAs de 2015 a 2018.....	205
5. Extinção dos Planos de Amortização Inferiores ao Pagamento dos Juros Anuais	209
6. O Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais como Ferramenta para Identificar as Causas do Crescimento do Deficit Atuarial	210
7. Conclusão.....	211
Referências.....	211
10. Gestão Atuarial dos Fundos Previdenciais – Gustavo Adolfo Carrozzino	215
1. Introdução	215
2. Fundo Garantidor de Benefícios	217
2.1. Constituição do Fundo Garantidor de Benefícios.....	218
2.2. Reversão do Fundo Garantidor de Benefícios	220
2.2.1. Benefícios Estruturados em Repartição Simples	220
2.2.2. Benefícios Estruturados em Repartição de Capitais de Cobertura.....	221
2.3. Gestão Atuarial do Fundo Garantidor de Benefícios.....	223
3. Fundo para Oscilação de Riscos.....	225
3.1. Constituição do Fundo para Oscilação de Riscos	228
3.2. Reversão do Fundo para Oscilação de Riscos	232
4. Conclusão.....	232
Referências.....	233
<u>GRUPO IV – CONTROLE.....</u>	235
11. Atribuições e Competências do Sistema de Controle Interno do Regime Próprio de Previdência – Ronaldo Ribeiro de Oliveira	237
1. Administração Pública, Controle Interno e Previdência	237
2. Níveis de Agregação de Atividades no Controle Interno dos RPPS	240
3. Requisitos da Unidade de Controle Interno do RPPS	241
4. O Sistema de Controle Interno da Previdência dos Servidores Públicos	242
5. Controlador Interno da Previdência dos Servidores Públicos	243
6. Competências e Atividades do Controlador Interno da Previdência	244
7. Representação do Responsável pelo Controle Interno ao Tribunal de Contas	247

8. Da Segregação de Funções	249
9. Desafios do Sistema de Controle Interno do RPPS	250
Referências	251

12. O Processo dos Tribunais de Contas e os Achados de Auditoria em RPPS: A Tutela Provisória como Instrumento Efetivo da Atuação do Controle Externo – Romano Scapin	255
1. Introdução.....	255
2. Tribunal de Contas e suas Competências Constitucionais.....	256
2.1. Contexto Histórico dos Tribunais de Contas (TCs)	256
2.2. Tribunal de Contas nas Constituições Brasileiras	256
2.3. Tribunal de Contas na Constituição de 1988	257
3. Principais Achados de Auditoria em RPPS	259
3.1. O RPPS no Brasil.....	259
3.2. Achados de Auditoria nos RPPS do Rio Grande do Sul	260
4. Provimentos Provisórios frente às Irregularidades de RPPS	263
4.1. A Técnica Antecipatória no Processo de Contas	263
4.2. A Tutela Provisória nos Achados de Auditoria de RPPS.....	267
5. Conclusões	271
Referências	272